

/// O jovem almeja sua inserção no mercado de trabalho, porém, muitas vezes, isso não é uma tarefa fácil

## *A dignidade do jovem no mercado de trabalho*

Combater a exclusão social por meio da inserção no mercado de trabalho tem sido a cada dia um grande desafio lançado por diversos setores da nossa sociedade. Trabalhadores jovens – de 15 a 24 anos de idade – foram incluídos no mercado formal com mais intensidade nos últimos anos e contribuíram para a formação de um recente grupo de consumidores, popularmente batizado de nova classe média.

O Brasil de hoje é uma nação mais rica, mas que ainda fica atrás dos líderes regionais quando o assunto é a inclusão social. Sabemos que o jovem almeja sua inserção no mercado de trabalho, porém, muitas vezes isso não é uma tarefa fácil.

O mercado de trabalho tem sido alvo de inúmeras reflexões que vão do impacto de novas tecnologias ao seu anacronismo como critério de inclusão social e de poder político nas

relações sociais. Aprendizagem, empreendedorismo, ensino técnico e graduação são diferentes percursos e modelos de inserção do jovem no mercado a partir do ensino e da aprendizagem e trazem, em seus respectivos itinerários, diferentes consequências e desafios de articulação.

Em 50 anos, período de existência do CIEE no Brasil, foram mais de 6 milhões de jovens, entre estagiários e adolescentes aprendizes, inseridos no mercado de trabalho a partir de capacitações e palestras gratuitas oferecidas por meio das redes socioassistencial, escolas, entidades e comunidade em geral.

Dados do IBGE baseados na Pnad 2012 (Pesquisa Nacional por Amostra

de Domicílios), divulgados em 2013, mostram que o número de jovens de 15 a 29 anos que não estudava nem trabalhava chegou a 9,6 milhões no país – uma em cada cinco pessoas da respectiva faixa etária.

A questão da pobreza, obviamente, e a exclusão social desses jovens, a quem falta perspectiva, tem recebido pouca atenção na literatura sobre o mercado de trabalho brasileiro, bem como os obstáculos e os desafios para a constituição de um novo desenho político democrático que conceba os jovens, em sua diversidade, como sujeitos de direitos e não mais como eventuais focos de problemas sociais que mereçam, por parte do poder público, um conjunto de ações reparadoras ou de controle social.